Utilidade pública é proposta à entidade que representa pessoas com deficiência

Começou a tramitar na tarde de terca-feira (6) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), o Projeto de Lei 166/2024, de autoria do deputado estadual Junior Mochi (MDB), que declara a Utilidade Pública da Associação das Pessoas com Deficiência - PCD, com sede no município de Chapadão do Sul.

Conforme a justificativa da matéria, a associação foi fundada em 28 de novembro de 2021 com o propósito de apoiar, representar e defender os direitos das pessoas com deficiência em Chapadão do Sul. "Desde então, a associação vem desempenhando um papel vital na promoção da inclusão social e na melhoria da qualidade de vida desta importante parcela da

população. Através de suas ações a Associação PCD tem contribuído significativamente para a acessibilidade e a integração social", explicou o parlamentar.

De acordo com o texto, a associação poderá acessar mais recursos e parcerias com o título, ampliando assim a capacidade de atuação e de impacto na comunidade. "Declarar a Utilidade Pública Estadual para esta associação é reconhecer e valorizar o trabalho essencial que realiza e é também reafirmar nosso compromisso legislativo em promover e proteger os direitos de todos os cidadãos, especialmente aqueles que enfrentam maiores desafios em nosso Estado", concluiu Junior Mochi.



Indignado com número de mortes, Hashioka aborda situação da BR-163 em Mato Grosso do Sul

Durante a primeira sessão ordinária do segundo semestre de 2024, o deputado estadual Roberto Hashioka (União Brasil) chamou a atenção para a situação da BR-163 em Mato Grosso do Sul, que hoje é administrada pela concessionária CCR MSvia. A manifestação ocorreu nesta terça-feira, 16, na Casa de Leis. Conhecida como "rodovia da morte", a BR-163 continua registrando acidentes graves no trecho que passa pelo estado.

Hashioka iniciou falando da retomada dos trabalhos legislativos após o recesso parlamentar. "Mas enquanto nós paramos, a BR-163 não parou. A BR-163 continua matando. Nos últimos 30 dias, mais 15 mortes. E hoje, quando vinha de Nova Andradina para Campo Grande, no quilômetro 408, mais um acidente com vítima fatal.'

Para o deputado, a insegurança da via nos últimos dez anos impacta fortemente a vida das pessoas. "Essa situação demonstra claramente que, quando se tem leniência, irresponsabilidade e insensibilidade, a população é muito prejudicada".

Hashioka destacou a importância da rodovia e mostrou-se inconformado com a impassibilidade dos responsáveis. "Fica aqui registrada a minha indignação, mais uma vez, por conta do que vem ocorrendo nessa rodovia tão importante que liga o norte do nosso estado ao sul, transcorrendo um trecho de 845 quilômetros, pois continua colocando em risco a segurança da população sul-mato-grossense e daqueles que transitam pelo nosso estado", ressaltou.

De acordo com dados

abertos da Polícia Rodoviária Federal, em 2023, foram registrados 755 acidentes envolvendo 1.745 pessoas, com 64 óbitos. No ano interior, foram 53 óbitos; ou seja, um aumento de 20,8% no número de mortes decorrentes de acidentes na via. Em função dessas ocorrências e da nova concessão, que está em fase de análise, a Comissão de Acompanhamento do Processo de Relicitação ou Repactuação do Contrato de Concessão da BR-163/MS foi retomada e está entrando com uma Ação Civil Pública para suspender o reajuste tarifário cobrado pela CCR MSVia na BR-163.

Além de Hashioka, fazem parte da Comissão os deputados Junior Mochi (MDB), Mara Caseiro (PSDB), Pedrossian Neto (PSD) e Caravina (PSDB).



Renato Câmara vai à FCDL e estabelece parceria para fortalecimento do setor varejista de MS

sembleia Legislativa de MS, deputado Renato Câmara (MDB), manteve reunião com a presidente da FCDL-MS (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Mato Grosso do Sul), Dra. Inês Santiago. "É um setor muito importante e significativo de nosso Estado que precisa ter um foco, uma luz das políticas públicas. Vamos ser parceiros da FCDL para que, juntos possamos desenvolver ações visando melhorar o setor varejista de nosso estado", afirmou o parlamentar após reunião na sede da FCDL, na tarde (06-08).

Ao encampar a parceria institucional, Renato Câmara levou em consideração as pautas apresentadas pela presi-

dente Inês como por exemplo: apoio às causas do varejo, representatividade política do setor, acesso do setor aos benefícios trazidos pela Rota Bioceânica, e o novo modelo de mercado digital para o varejo. "Iremos construir ações com a Assembleia Legislativa para poder dar resultado. Esta iniciativa é importante, porque estamos saindo do plenário indo ao encontro das demandas, visando propor ações para a comunidade", pontuou o vice-presidente da ALEMS.

Por sua vez, Inês Santiago comemorou afirmando que foi construída uma pauta propositiva. "Tratamos efetivamente de ações que podem melhorar o ambiente de negócios para os nossos varejistas e, sobretudo, significam soluções às demandas antigas dos lojistas. É de extrema importância essa parceria com o deputado Renato para o fortalecimento do varejo em todo o Mato Grosso do Sul", frisou a dirigente.

que "as iniciativas discutidas irão melhorar o cenário para nossos varejistas e, sobretudo, promover o crescimento econômico de MS. Vamos trabalhar em propostas que irão aprimorar o ambiente de

ciantes. Por isso, estamos entusiasmados, considerando que teremos oportunidade de colocar o nosso mandato à disposição e também dar utilidade em ações para o setor varejista".

Na ocasião, a represen-

tante da Federação entregou ao deputado Renato Câmara o "Termômetro do Varejo". que contém detalhes sobre geração de emprego, inflação, exportação, vendas, entre outros temas da economia do Estado.



www.jornalimagem.com.br

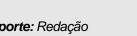
EXPEDIENTE

LR HOLANDA MENDONCA LTDA - CNPJ - 36.193.629/0001-42/ LUIZ ROBERTO DE HOLANDA MENDONÇA EPP - CNPJ - 02.989.513/0001-00 R. Guenshiti Fujibayashi, 140 - Portal do Parque - Nova Andradina - MS

Diretor: Luiz Roberto de Holanda Mendonça - (MTE - 012/MS)

Redação: Ada Mendonça

Esporte: Redação



Editorias:



Este noticiário não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas